

Formação e atuação docente: o cenário de Relações Públicas nas regiões Norte e Nordeste¹

Marcelo Pereira da Silva²

Ana Carolina Trindade³

Jéssica de Cássia Rossi⁴

Resumo

Os processos de midiaticização, as experiências do consumo, os ambientes de inovação e empreendedorismo constituem mudanças que remodelam e ressignificam a teoria, os métodos e as práticas das Relações Públicas na contemporaneidade. Por meio de revisão literária e análise de conteúdo de currículos lattes de docentes de Relações Públicas de instituições públicas e privadas das regiões norte e nordeste, analisamos dados e informações para cartografar sua atuação. Há algumas lacunas na formação que podem decorrer da defasagem entre o ensino, a aprendizagem, as demandas do mercado, as políticas afirmativas de órgãos de classe, a atuação de docentes graduados em Relações Públicas na pós-graduação, da burocracia na atualização de projetos pedagógicos e na capacitação constante de docentes para lidar com os desafios e as emergentes demandas das organizações.

Palavras-chave

Relações Públicas; Formação docente; Norte; Nordeste; Análise de Conteúdo.

Introdução

O ensino, a aprendizagem e as práticas de mercado das Relações Públicas estão inseridas em um contexto no qual governos, docentes, instituições de ensino, mercado de trabalho, estudantes, órgãos de classe etc., cada um a seu turno, têm sua função e responsabilidade no cenário em que estamos imersos, haja vista constituírem espaços decisórios fundamentais para a articulação e proposição de mudanças para a área.

A finalidade deste artigo reside no estudo, por meio de revisão literária e análise de conteúdo de currículos lattes, na análise da formação e atuação de docentes de Relações Públicas que compõem os quadros laborais de instituições de ensino públicas e privadas nas regiões Norte e Nordeste. Os anos 1967 marcaram o surgimento dos primeiros cursos superiores de Relações Públicas; deste período para cá, houve expressivo crescimento no número de cursos, chegando a 112 em 2009, com destaque para o fato de que apenas 19 deles pertenciam a instituições públicas, de acordo com Ferrari (2017). A expansão da oferta de cursos de Relações Públicas acompanhou o processo de privatização da Educação Superior, das facilidades de crédito e do progresso do ensino privado no país.

Todavia, a partir do ano de 2009, o número de cursos teve significativa redução, chegando a 66 em funcionamento no ano de 2015 (FERRARI, 2017). As possíveis causas

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho (GT7) Comunicação, Ensino e Estratégias Docentes, atividade integrante do XV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas.

² Pós-Doutor em Comunicação. Docente permanente do Mestrado Interdisciplinar em “Linguagem, Mídia e Arte” e do curso de Relações Públicas da PUC-Campinas. E-mail: marcelosilva_rp@hotmail.com

³ Doutoranda em Comunicação Midiática pela Universidade Estadual Paulista. Graduada em Relações Públicas pelo Centro Universitário do Sagrado Coração. Professora substituta do curso de Relações Públicas da Unesp de Bauru. E-mail: carolinatrin@gmail.com

⁴ Doutora em Ciências Sociais pela Unesp de Marília. Docente dos cursos de Comunicação do Centro Universitário do Sagrado Coração em Bauru e da Faculdade Eduvale de Avaré, em São Paulo. E-mail: jessicacrossi@yahoo.com.br

podem ter sido a crise política e econômica vivenciada a partir da 2014, a elevada evasão e inadimplência, o distanciamento entre a formação acadêmica e profissional, o desinteresse dos docentes pela área, a formação de egressos sem a qualificação requerida pelas organizações, a reação negativa do mercado sobre os seus benefícios, o baixo investimento na produção de pesquisas e o contingente de profissionais com outras formações que ocupam o espaço dos relações-públicas.

Este artigo, além da fundamentação teórica referente ao contexto histórico das Relações Públicas e a relevância da atividade para as organizações, baseia-se em uma análise de conteúdo baseada em informações sobre a formação e atuação de docentes de sete instituições públicas e privadas que têm cursos em funcionamento nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. A escolha destas regiões liga-se ao fato de ter menos cursos em relação às outras, o que facilitou a coleta de informações. A análise pauta-se em dados obtidos por meio de pesquisa empírica e documental, reunidas por categorias, tabela e figuras que analisamos à luz dos conceitos e discussões que realizamos, abarcando os cursos das seguintes universidades: UFAM, UFMA, UFAL, UNIFACS, UCSAL, UNEB e UFPB.

Para as Relações Públicas, é fundamental compreender os desafios, os óbices e as oportunidades que surgem das deficiências do ensino, da aprendizagem, da teoria e da prática — os quais devem ser apresentados com responsabilidade —, bem como as inquietudes e as incertezas discutidas honesta e abertamente. Destarte, será possível promover avanços visando o desenvolvimento e aperfeiçoamento das Relações Públicas como atividade e profissão. Inferimos, pois, que as defasagens históricas na formação e atuação docente podem prejudicar o exercício pleno das Relações Públicas em um tempo no qual a atividade tornou-se *sine qua non* para a sociedade, os sujeitos e as organizações.

1. As Relações Públicas na sociedade contemporânea: atuação, desafios e oportunidades

As transformações decorrentes da contemporaneidade impõem às organizações, às nações e aos sujeitos adequações, capacitações e ressemantizações para a lida com as emergentes temáticas e realidades que entrelaçam as práticas sociais, se enleando aos ambientes socioeconômicos, culturais, políticos, tecnológicos etc. As organizações se constituem de modalidades de agrupamentos de pessoas que se associam intencionalmente por meio do desempenho de funções e do alcance de objetivos comuns para satisfazer necessidades, demandas e desejos da sociedade e dos públicos (KUNSCH, 2003, 2016), em um contexto no qual, segundo Paraventi (2016), as organizações e os funcionários que as conformam são

responsáveis pela legitimidade moral e ética, pelo resultado do diálogo e dos contratos morais que levam a cabo com as várias contrapartes.

O princípio de dialogar, escutar e respeitar deve ser condição *sine qua non* para as organizações, haja vista estabelecer, manter e aprimorar seu relacionamento com os públicos, gerando a possibilidade da convivência em um universo midiaticizado e permeado por práticas de consumo. Tal realidade posiciona a eficácia das relações com os *stakeholders* como um dos baluartes para a excelência da comunicação organizacional e das Relações Públicas (SIMÕES, 2001; SEMPRINI, 2006; KUNSCH, 2016; GRUNIG, 2011; SILVA, 2016), considerando a “multidirecionalidade, equivalência de vozes e autogeração de conteúdos” geradas pela transformação tecnológica (CORRÊA, 2016, p. 69), na qual o fácil acesso às plataformas de mídia on-line tornou o público “mais empoderado para desafiar políticas corporativas” (JENKINS; FORD; GREEN, 2014, p. 85).

Para Dreyer (2017), elementos que sempre compuseram a teoria e prática das Relações Públicas, tais como as interações, as estratégias, o engajamento com públicos, o encorajamento aos relacionamentos, a visibilidade, a visualidade e as políticas à pluralidade continuam com seus protagonismos. As Relações Públicas são uma atividade complexa, não apenas por sua atuação nas organizações, mas, também, pelo difuso arcabouço teórico, epistemológico e metodológico que dificulta a construção de uma rede conceitual que justifique sua existência e relevância para as sociedades e instituições. As Relações Públicas facilitam e promovem a troca de valor entre pessoas, empresas, consumidores, comunidades, movimentos sociais e sociedades, conforme Ries e Ries (2002).

A atividade de Relações Públicas pode e deve atuar como serviço de inteligência comunicativa (SIMÕES, 2006), criando coerência entre as metas da organização e as expectativas de seus públicos (LATTIMORE *et al.*, 2012) e, de modo relacional, gerando relacionamentos, haja vista que quanto mais simétricos forem, maior será a probabilidade de que as organizações construam uma reputação e imagem positiva. Simões (2006) ainda assevera que a informação é a matéria-prima essencial às funções de Relações Públicas, pois pesquisam as organizações e seus públicos, diagnosticam, prognosticam, assessoram as lideranças, implantam, implementam, avaliam etc., as ações de comunicação organizacional, carecendo de informação para manter um sistema de pesquisa e busca de dados que reduza as incertezas na gestão política da organização.

Considerando que as Relações Públicas estão assumindo funções gerenciais em lugar de atribuições meramente técnicas, tornam-se assessoras estratégicas menos preocupadas com a publicidade (GRUNIG, 2011) e mais na excelência do relacionamento com os públicos, já

que a reciprocidade e a conversa franca e contínua são catalisadoras de boa vontade e abertura (VERGILI, 2014; SILVA, 2016) em um *zeitgeist* que exige das organizações o cumprimento de sua responsabilidade humano-social, evitando, segundo Simões (2001), discursos alienantes, firmando parcerias operacionais estáveis com claros objetivos mercadológicos e institucionais (FRANÇA, 2004).

Esta problemática nos leva a pensar com acuracidade acerca da formação docente na área de Relações Públicas no Brasil, levando em conta que a formação de futuros profissionais da área depende do ensino e da aprendizagem que são ofertados nas universidades e faculdades, podendo revelar lacunas entre as demandas estudantis, as do mercado, a atuação de órgãos de classe, atualização de projetos pedagógicos, a parca atuação de docentes de Relações Públicas na pós-graduação, das deficiências dos projetos pedagógicos de curso e a capacitação docente constante para a lida dos desafios e das oportunidades que a contemporaneidade propõe.

O foco deste artigo reside na análise de conteúdo de currículos lattes de docentes que atuam nas instituições públicas e privadas que ofertam o curso de Relações Públicas nas regiões Norte e Nordeste, a saber, UFAM, UFMA, UFAL, UNIFACS, UCSAL, UNEB e UFPB.

2. História de cursos de Relações Públicas nas Regiões Norte e Nordeste

O surgimento da atividade de Relações Públicas no Brasil ocorreu em 1914 com a criação do primeiro departamento da área na empresa *The São Paulo Tramway, Light and Power Company Limited* pelo engenheiro Eduardo Pinheiro Lobo, considerado o precursor da profissão no país. Em meados de 1940, as práticas de Relações Públicas se limitaram às organizações internacionais (FERNANDES, 2011) e, apenas em 1951, foi criada a primeira divisão brasileira de Relações Públicas na Companhia Siderúrgica Nacional - CSN. À medida que a democracia se estabeleceu nos anos 1950, o setor industrial se fortalecia e o mercado interno se desenvolvia, evoluíam as Relações Públicas.

Já nos anos 1970, outras práticas passaram a ser aplicadas por organizações privadas e públicas como as agências de Relações Públicas dos governos militares (FERNANDES, 2011), responsáveis por promover a propaganda política do regime. A partir de 1980, a atividade de Relações Públicas se fortaleceu em virtude da redemocratização e do avanço das pesquisas científicas, contribuindo para que a comunicação organizacional se tornasse mais transparente e estratégica.

A região Norte apresenta registros de práticas iniciais de Relações Públicas com o comendador J.G. Araújo, ao promover a produção do documentário *No Paiz das Amazonas* de 1922. O vídeo mostra o potencial de investimentos na cidade de Manaus em um momento em

que a região amazônica registrava o declínio da produção de borracha, bem como a projeção da imagem da empresa do comendador com seus públicos (PRESTES; LIRA, 2018).

Academicamente, as práticas de Relações Públicas surgiram como disciplina no curso de Administração na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), em 1966 e, posteriormente, com o primeiro curso de graduação que teve a opção de habilitação na área em 1972, contando com a participação do Professor Cândido Teobaldo na condução da disciplina de Relações Públicas em 1974 e, com grade própria, na mesma instituição, a partir de 1977 (RELAÇÕES PÚBLICAS, 2019). Com o tempo, a instituição formou seus próprios pesquisadores, mestres e doutores em diferentes campos do saber, o que têm contribuído para o desenvolvimento da atividade na região. Apesar disso, atualmente, a UFAM oferece o único curso ativo de Relações Públicas da região Norte.

Quanto ao Nordeste, o primeiro curso de Relações Públicas da região foi fundado em 1967, na Escola Superior de Relações Públicas (ESURP), em Pernambuco, uma instituição particular (ALEPE, 2007). Embora tenha sido um curso de longa tradição na região, em 2018, com mais de 50 anos de existência, a ESURP foi descredenciada pela Secretaria de Regulação e Supervisão do Ensino Superior (BRASIL, 2018). Ainda em Pernambuco, outro curso de Relações Públicas foi criado na Universidade Católica do Pernambuco (UNICAP) em 1970, alocado em um dos principais centros de estudos de comunicação do país, fundado por Luiz Beltrão, um grande pesquisador da área. Por décadas, houve a disponibilidade de vagas e a formação de diversos profissionais, mas a demanda pelo curso foi reduzida nos últimos anos, levando à sua desativação (BRASIL, 2019).

Outro curso também extinto foi o da Universidade Potiguar (instituição privada), no Rio Grande do Norte, o qual era o único existente no Estado. Tal situação ocorreu devido a uma crise na região em relação à oferta de empregos e os benefícios que a área poderia proporcionar (DANTAS, 2008). Em Alagoas, há o curso de Relações Públicas na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), que foi instituído em 1979 por vindicação do Sindicato de Jornalistas do Estado e com base em pesquisa de mercado. No início, o curso, por estar alocado em uma instituição pública, passou por alguns desafios decorrentes da falta de infraestrutura e corpo docente especializado. Trata-se do único curso no Estado em funcionamento (UFAL, 2014).

Já o Estado da Bahia se destaca como um polo das práticas de Relações Públicas na região Nordeste e concentra três cursos em importantes instituições educacionais - UNEB, UNIFACS e UCSAL. A história das Relações Públicas na Bahia foi marcada por equívocos que dificultaram o desenvolvimento da profissão e da área acadêmica inicialmente. No entanto, com o passar do tempo, houve a ampliação de cursos oferecidos e o crescimento de

oportunidades profissionais no Estado (WENDHAUSEN; CHAMUSCA; CARVALHAL; 2008).

O primeiro curso de Relações Públicas legalizado no Estado foi o da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) em 1985, sob a justificativa de ser um curso que demandaria menos infraestrutura e não traria dificuldades para a UNEB gerenciar seus espaços nos multicampi (PAIM; ARAGÃO, 2018). Estes argumentos foram questionados, pois, à época, o Estado não contava com um setor empresarial expressivo, o que pode ter prejudicado o desenvolvimento da profissão na região (WENDHAUSEN; CHAMUSCA; CARVALHAL, 2008). Já a Universidade de Salvador (UNIFACS), instituição particular, foi a segunda a oferecer o curso de Relações Públicas na Bahia, a partir de 1989 (BRASIL, 1989). Outro curso que se destaca está na Universidade Católica de Salvador (UCSal) com grade curricular criada em 2001. A instituição não ofertou turmas no período de 2010 a 2017, passando por reformulação e, atualmente, é um curso reconhecido regionalmente.

Há também o curso de Relações Públicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) que começou suas atividades em 1977, em meio ao crescimento de cursos na região e as demandas do mercado por profissionais da área. Com mais de 40 anos de história, formou diversos profissionais que ocuparam cargos de relevância em instituições Brasil afora, sendo o único curso em seu Estado e um dos mais tradicionais da região (UFPB, 2017).

Por fim, o curso de Relações Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) foi estruturado a partir de 1970, tendo como referência a matriz curricular da área de comunicação da Universidade de São Paulo (UFMA, 2018). Em funcionamento até hoje, é o único do Maranhão, avaliado com nota máxima pelo Ministério da Educação (BASTOS, 2019).

Os fatos apontados demonstram uma trajetória investida de avanços, possibilidades, equívocos e desafios particulares à realidade de cada instituição e região, mas significativos para a área de Relações Públicas no Brasil, pedra angular para as organizações em virtude das demandas que os processos de midiaticização e das práticas do consumo constroem na contemporaneidade, impondo a necessidade de reformulações e ressemantizações na teoria, nas metodologias e nas práticas das Relações Públicas em nível acadêmico e mercadológico.

3. Análise de conteúdo de currículos lattes de docentes de Relações Públicas das regiões norte e nordeste

Nossa opção pela análise de conteúdo deve-se ao fato dela possibilitar a organização de técnicas diversificadas para análises de comunicações e pela aplicação ocorrer de forma qualitativa e quantitativa, visto que na primeira analisa-se a presença ou não de uma

característica, e na segunda, a frequência destas características. A reunião de dados e de frequências possibilitam que a inferência demonstre o que pode estar “retido por qualquer mensagem” (BARDIN, 2011, p. 15), auxiliando no encontro de informações, dados e significados para o que está exposto. O foco no estudo do conteúdo, de acordo com Fonseca Junior (2006), justifica-se porque serve de instrumento de inteligência organizacional para avaliação e monitoramento.

A análise de conteúdo possui duas funções: heurística, que busca enriquecer o estudo exploratório, e de administração de prova, a qual reúne hipóteses sob a forma de afirmações provisórias que possam ser verificadas no sentido de confirmação ou informação, quando a análise serve de prova (BARDIN, 2011). Estas funções podem coexistir e se complementar. De acordo com Krippendorff (1990), a análise de conteúdo se orienta de modo empírico, exploratório e se vincula a fenômenos reais, permitindo a avaliação crítica de conteúdos com independência de resultados.

Iniciamos os procedimentos da análise de conteúdo com base em uma leitura flutuante dos currículos Lattes dos docentes atuantes nas instituições selecionadas e apresentadas na Tabela 1. Ao visualizar as informações coletadas na amostra de oitenta e quatro currículos (84), realizamos os procedimentos de codificação e categorização demonstrados na Figura 2. A inferência é demonstrada na terceira fase, a qual relata algumas possíveis deficiências na formação de docentes que atuam nas 7 instituições dos 5 estados que apresentamos no subtópico *Análise e resultados*.

3.1 Elementos da Análise de conteúdo (AC)

O percurso metodológico deste estudo compreende três fases: a primeira contempla o referencial teórico estabelecido *Relações Públicas na sociedade contemporânea: atuação, desafios e oportunidades*, e *História das Relações Públicas no Brasil e na Região Nordeste*; a segunda abarca, por meio da coleta de dados no site do Cadastro e-MEC - Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior; e a análise de conteúdos inseridos nos Currículos Lattes dos docentes das instituições selecionadas com base na metodologia proposta por Bardin (2011).

3.2 Protocolo de análise: critérios para a seleção do corpus

Com a finalidade de contemplar a segunda fase do percurso metodológico, criam-se três critérios:

1º critério: iniciamos a coleta no site do e-MEC no dia 2 de julho de 2020. Selecionamos a ferramenta Consulta Avançada, buscamos por Curso de Graduação, inserimos Relações Públicas no campo de Curso, e colocamos em UF o estado da coleta a fim de encontrar as instituições públicas e particulares com modalidade presencial ativas nas regiões Norte e Nordeste. Verificamos que nos estados do Acre, Amapá, Ceará, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins não possuem nenhuma instituição com cursos ativos de Relações Públicas. Na figura 1 é possível visualizar os estados e as respectivas cidades, a instituição e a natureza, e o ano de criação do curso de Relações Públicas que se encontra ativo, ou seja, há turmas em processo de formação:

Figura 1: Instituições ativas no e-MEC e sites institucionais.

Norte Manaus/Amazonas	Nordeste Maceió/Alagoas	Nordeste Salvador/Bahia	Nordeste São Luís/Maranhão	Nordeste João Pessoa/Paraíba
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	Universidade de Salvador (UNIFACS)	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Pública/1977	Pública/1979	Particular/1990	Pública/1976	Pública/1977
e-MEC: Conceito 5 (2019) ENADE: 4 (2009)	e-MEC: sem conceito ENADE: 2 (2009)	e-MEC: Conceito 4 (2017) ENADE: 4 (2009)	e-MEC: Conceito 5 (2019) ENADE: sem conceito	e-MEC: sem conceito ENADE: sem conceito
		Universidade Católica do Salvador (UCSAL)		
		Particular/2001		
		e-MEC: sem conceito ENADE: sem conceito		
		Universidade do Estado da Bahia (UNEB)		
		Pública/1986		
		e-MEC: sem conceito ENADE: 3 (2009)		

Fonte: Elaboração própria (2021).

2º critério: Baseado no site institucional de cada uma das sete Universidades, selecionam-se os docentes atuantes nos cursos de Relações Públicas a fim de analisar os currículos da Plataforma Lattes. Foram reunidos oitenta e quatro (84) currículos Lattes, os quais passaram por uma pré-análise com a finalidade de sistematizar ideias iniciais para dirigir a um esquema preciso das operações em um plano de análise (BARDIN, 2011). Em seguida, os dados obtidos foram analisados durante os meses de agosto, setembro e outubro de 2020. Em relação aos docentes cadastrados na Plataforma Lattes, apenas um, da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), não possui registro ou o nome está diferente do que está disponibilizado no site da instituição, impossibilitando sua localização.

3º critério: Por meio da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), as informações coletadas na Plataforma Lattes foram reunidas em uma planilha de Excel que possibilitou a codificação com base em leituras flutuantes sobre os dados coletados e a reunião de dados homogêneos. Com a exploração do material, elaboramos duas categorias com seus respectivos critérios de diferenciação. Durante este procedimento, essa categorização é organizada de maneira quali-quantitativa, dando importância à frequência ou ausência de determinadas informações para o enquadramento nas categorias e subcategorias. A relevância da análise não reside na descrição do conteúdo, mas no que podem ensinar no processo de tratamento.

3.3 Análise de Conteúdo

A figura 2 demonstra as categorias e subcategorias acrescidas de seus componentes. A última coluna mostra informações docentes encontradas nos meses de agosto, setembro e outubro de 2020 nos currículos Lattes analisados:

Figura 2: Análise de Conteúdo realizada nos 84 currículos Lattes.

Categorias	Subcategoria	Componentes	nº de docentes
Formação / Titulação	Graduação na área de Relações Públicas	Relações Públicas; Comunicação Social; Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas;	57
	Graduação fora da área de Relações Públicas	Administração; Jornalismo; Filosofia; Ciências Sociais; Letras; História; Artes visuais; Design; Educação Artística; Publicidade e Propaganda; qualquer outra; ou sem informação no Lattes	27
	Mestrado na área	Titulação em Comunicação e/ou áreas correlatas - entende-se Ciências da Comunicação e Multimeios	31
	Mestrado fora da área	Qualquer outra área de Mestrado ou não possui a titulação	53
	Doutorado na área	Titulação em Comunicação e/ou áreas correlatas como Ciências da Comunicação, da informação e Multimeios	30
	Doutorado fora da área	Qualquer outro Doutorado, em andamento ou não possui a titulação	54
	Pós-Doutorado	Possui a titulação ou em andamento	3
Experiência Acadêmica	Professor de Graduação	Atua no curso de Relações Públicas	77
	Professor de Pós-Graduação Stricto Sensu/Pesquisador	Atua em cursos Stricto Sensu	9

Fonte: Elaboração própria (2021).

A análise dos oitenta e quatro currículos Lattes deu origem aos seguintes resultados na categoria Formação / Titulação: 67% dos docentes têm diploma de graduação na área de Relações Públicas e 33% são formados em Publicidade e Propaganda, Jornalismo, História, Artes Visuais, Letras, Filosofia, Estatística, Ciências Sociais, Sociologia etc., atuando direta ou indiretamente como docentes e orientadores de trabalhos científicos em cursos de Relações Públicas. Isso evidencia que o diploma em Relações Públicas não é requisito para exercer a docência no curso das instituições estudadas.

O número de Mestres na área que envolve as Relações Públicas é inferior do que Mestres em outras áreas: 37% apresentam titulação em Comunicação e/ou áreas correlatas como Ciências da Comunicação, Ciências da Informação e Multimeios, e 63% possuem mestrado em outras áreas. No doutorado, esta diferença se mantém: 35,7% são Mestres na área de Comunicação e afins, e 64,2% fora da área de Comunicação. Apenas 3,5% dos docentes possuem pós-doutorado ou estão com o curso em andamento. Nota-se que as titulações *stricto sensu* não compreendem majoritariamente a área de Comunicação.

Em relação à experiência acadêmica: 91,6% professores disponibilizam os nomes de disciplinas ou áreas de atuação, e 8,4% não apresentam informações sobre se exerce a atividade de professor em disciplinas do curso Relações Públicas. Destes currículos, apenas 10,7% dos docentes atuam em cursos *stricto sensu* com orientação de dissertações e/ou teses.

3.4 Análise e resultados

Pelos dados obtidos, depreende-se que as instituições públicas tiveram certo protagonismo na criação dos cursos na região norte e nordeste, cujo processo se deu, majoritariamente, nos anos de 1970 e 1980. Destacam-se dois cursos em instituições privadas: um inaugurado em 1990 e outro em 2000. Nota-se que os dois cursos particulares estão instalados em Salvador/BA, ou seja, são sediados em capitais. Todos os cursos possuem duração de quatro anos, com exceção da UCSAL, que apresenta sete semestres em sua matriz curricular (ROCHA, 2017).

Das instituições que disponibilizaram o número de alunos matriculados, a UFAM tem um número superior de matriculados, demonstrando não haver tanta evasão estudantil. No restante das instituições, as vagas estão preenchidas, com exceção da UNEB, UFMA e UFPB que exibem um número inferior ao esperado.

Assim, reuniram-se informações a respeito do número de vagas anuais, o número de alunos matriculados nos cursos dessas sete instituições e atribuíram-se algumas considerações:

1. A UFAM disponibiliza 34 vagas anuais e conta com 160 atualmente matriculados² (160>136) (UFAM, 2019);
2. A UFAL oferece 80 vagas e, após duas tentativas de contato em agosto e outubro de 2020, e abril de 2021, para se obter o número de matriculados, não se conseguiu esta informação;
3. A UNIFACS concede 100 vagas anuais e dispõe de 73 (400<73) estudantes matriculados.
4. A UCSAL disponibiliza 100 vagas (ROCHA, 2017) e após uma tentativa de contato em fevereiro de 2021.
5. A UNEB dispõe de 50 vagas anuais no curso vespertino e possui 149 alunos matriculados³ (149<200);
6. A UFMA abre 32 vagas por ano e apresenta 120 matriculados (120<128), segundo o Sigaa da Instituição;
7. A UFPB apresenta 80 vagas anuais, contém 199 alunos ativos (199<320) de acordo com o Sigla da instituição (ROCHA, 2020).

A disponibilidade de cursos e vagas se concentra em grandes centros urbanos e, por vezes, industriais, das regiões pesquisadas, nas quais a demanda por profissionais de Relações Públicas pelas organizações pode ser maior. Contudo nem sempre os cursos têm preenchido as vagas com estudantes interessados ficando ociosas ou não formando turmas, principalmente em instituições particulares como ocorreu com a UCSAL.

Quanto ao corpo docente, os dados levantados demonstram que sua preparação e atuação têm suporte de outras áreas científicas e requer maior aprofundamento e especialização em Relações Públicas. A atuação dos acadêmicos está direcionada para a formação de profissionais de relações-públicas para o mercado de trabalho e muito pouco para pesquisadores da área. À medida que estes profissionais aprofundarem sua formação *stricto sensu* e atuarem em programas de pós-graduação, a formação de novos pesquisadores poderá ser mais intensa.

Considerações finais

Ao levarmos em conta os princípios do diálogo, da escuta e do convívio social como condição para as organizações, o estabelecimento, a manutenção e o aprimoramento do

² Informação recebida por e-mail em 28 de novembro de 2020.

³ Informação recebida por e-mail em 19 de outubro de 2020.

relacionamento com públicos podem gerar novas propostas e ações comunicativas em um universo midiático permeado por práticas de consumo. A eficácia das relações com os *stakeholders* é um dos sustentáculos para a excelência das Relações Públicas na/para sociedade e organizações contemporâneas (SIMÕES, 2001; SEMPRINI, 2006; KUNSCH, 2016; GRUNIG, 2011; RIES, RIES, 2002; SILVA, 2016; DREYER, 2017).

As Relações Públicas são complexas, não apenas por sua atuação, mas por seu impreciso arcabouço teórico e metodológico que dificulta a construção de uma rede conceitual que justifique sua existência e relevância para a sociedade e as organizações contemporâneas. Neste sentido, a análise de conteúdo que apresentamos lança luz sobre pontos obscuros da formação e atuação docente em Relações Públicas nas instituições de ensino da região Norte e Nordeste.

Baseados na análise de conteúdo (BARDIN, 2011; KRIPPENDORFF, 1990), elencamos 7 instituições de ensino superior, 84 docentes, um total de 476 vagas ofertadas anualmente, 200 delas em universidades privadas (2 universidades) e 276 em públicas (5 universidades). Enquanto nestas há uma média de 55 vagas anuais por instituição, aquelas oferecem 100 vagas/ano/faculdade, quase o dobro. Cabe destacar que todas as IES que têm o curso de Relações Públicas em funcionamento são universidades, ou seja, possuem cursos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado em diferentes áreas.

A estrutura existente demonstra uma realidade acadêmica multifacetada, com a concentração de alguns cursos em cidades como Salvador/BA e a escassez em regiões como a Amazônica, com apenas um curso na UFAM. O corpo docente tem formação razoavelmente especializada na área de Relações Públicas, mas ainda com suporte significativo de outras áreas científicas, principalmente sociais e humanas. Já em relação à pesquisa, a atuação do corpo docente ainda é baixa, tanto em formação em nível *stricto sensu* quanto na atuação em programas de mestrado e doutorado, mas com possibilidades de amadurecimento. Em relação aos conceitos no e-MEC ou ENADE, como demonstrado na Figura 1, notamos que diversos cursos estão sem conceito ou não apresentam essa informação em seus sites.

A realidade das Relações Públicas na análise que levamos a cabo demonstra a forma como os cursos e o corpo docente se disseminaram, desenvolveram e, por vezes, se extinguiram, conforme a dinâmica histórica, econômica, social e cultural de cada localidade. Todos contribuíram para a formação de novos profissionais na área de Relações Públicas, apresentando avanços e superando desafios que estimulam a atualização e desenvolvimento da profissão nestas regiões.

Os resultados da análise de conteúdo de currículos lattes de docentes das regiões norte e nordeste que apresentamos lançam luz em uma longa estrada do conhecimento que carece de pavimentação: formação mais robusta dos docentes – que vai reverberar na qualidade da formação estudantil –, investimento em pesquisa básica e aplicada ligada à comunicação organizacional, divulgação científica mais intensa e eficaz, atuação mais eficiente de órgãos de classe, sensibilização do mercado para o que são as Relações Públicas, diminuindo o distanciamento entre a formação acadêmica e as necessidades organizacionais. Muitos são os desafios. As oportunidades também.

REFERÊNCIAS

ALEPE – Assembleia Legislativa do Estado do Pernambuco. Ensino Superior – Esurp celebra 40 anos de existência. **ALEPE**, 07 dez. 2007. Disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br/2007/12/07/ensino-superior-esurp-celebra-40-anos-de-existencia/>. Acesso em: 03 mar. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BASTOS, Luiz Gabriel. Curso de Relações Públicas comemora avaliação positiva do MEC no dia de celebração da área. **Universidade Federal do Maranhão**, Notícias, São Luís/MA, 02 dez. 2019. Disponível em: <https://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=55358>. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 5.377, de 11 de novembro de 1967**. Disciplina a Profissão de Relações Públicas e dá outras providências. Brasília - DF. Nov. 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5377-11-dezembro-1967-359069-norma-pl.html>. Acesso em: 27 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 63.283, de 26 de setembro de 1968**. Aprova o Regulamento da Profissão de Relações Públicas. Brasília - DF. set. 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63283-26-setembro-1968-404540-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 jan.2020.

BRASIL. **Decreto nº 97.907, de 05 de julho de 1989**. Autoriza o funcionamento do Curso de Comunicação Social da Escola Baiana de Comunicação Social, 1989. Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/decreto-97907-1989_50365.html. Acesso em: 15 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação - Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior. **Despacho nº 12 de 8 de março de 2018**. Brasília/DF: Ministério da Educação. 8 mar. 2018. Disponível em: <https://referenciabibliografica.net/a/pt-br/ref/abnt/?example=normative-administrative-act-online-1>. Acesso em: 03 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação – Conselho Nacional de Educação. Portaria nº **2.145, publicada no D.O.U. de 13/12/2019, Seção 1, Pág. 76. Brasília/DF. 2019**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2019/130521-pces807-19-1/file>. Acesso em: 03 mar. 2021.

CORRÊA, Elizabeth Saad. A comunicação na sociedade digitalizada: desafios para as organizações contemporâneas. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (Org). **Comunicação Organizacional Estratégica – aportes conceituais e aplicados**. São Paulo: Summus, 2016.

DREYER, Bianca Marder. **Relações Públicas na Contemporaneidade** – Contexto, Modelos e Estratégias. São Paulo: Summus, 2017.

DANTAS, José Guibson. A Miopia no Ensino das Relações Públicas no Nordeste e o Eminente Risco de Extinção do Curso na Região. XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Natal, RN - Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 2008. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0140-3.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2021.

E-MEC. Cadastro e-MEC - Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior. **e-MEC, 2021**. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

FERNANDES, Backer Ribeiro. História das relações públicas: surgimento e consolidação na América do Sul. In: FARIAS, Luiz Alberto (org.). **Relações públicas estratégicas: técnicas, conceitos e instrumentos**. São Paulo: Summus. 2011. p. 21-49.

FERRARI, Maria Aparecida. Perfil dos cursos de Relações Públicas no Brasil: uma visão dos coordenadores e docentes do processo ensino-aprendizagem. **Tese (Livre-docência)**. Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2017.

FRANÇA, Fábio. **Públicos: como identificá-los em uma nova visão estratégica**. São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2004.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Análise de conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Org.). **Métodos e Técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

GRUNIG, James E. Teoria da Excelência das Relações Públicas. In: GRUNIG, James E.; FERRARI, Maria Aparecida; FRANÇA, Fábio. **Relações Públicas: teoria, contexto e relacionamento**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2011.

JENKINS, Henry; FORD, Sam. GREEN, Joshua. **Cultura da conexão: criando valor e significado por meio da mídia propagável**. São Paulo: Editora ALEPH, 2014.

KRIPPENDORFF, Klaus. **Metodología de análisis de contenido**. Barcelona: Paidós, 1990.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. 5ª ed. São Paulo: Summus, 2003.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. A comunicação nas organizações: dos fluxos lineares às dimensões humana e estratégica. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (Org). **Comunicação Organizacional Estratégica – aportes conceituais e aplicados**. São Paulo: Summus, 2016.

LATTIMORE, Dan *et al.* **Relações públicas: profissão e prática**. 3 ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.

PARAVENTI, Ágatha Camargo. Ética, *Compliance* e o Papel da Comunicação. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (Org). **Comunicação Organizacional Estratégica – aportes conceituais e aplicados**. São Paulo: Summus, 2016.

PAIM, Zilda Fátima da Silva; ARAGÃO, Cláudia Regina Dantas. Memórias de um curso: bastidores da história das matrizes curriculares do Curso de Graduação em Relações Públicas da UNEB. In: **XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**. Juazeiro, BA: Intercom, 2018. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2018/resumos/R62-1175-1.pdf>. Acesso em 15 fev. 2021.

PRESTES, Luana Gomes; LIRA, Aline Ferreira. Índícios das atividades de Relações Públicas no Amazonas do início do século XX: um olhar sobre o filme No Paiz das Amazonas. **Conexões – Revista de Relações Públicas e Comunicação Organizacional**, v. 1, n. 1, 2018. p.15-29.

RELAÇÕES PÚBLICAS. História. Universidade Federal do Amazonas. **UFAM**, 2019. Disponível em: <https://www.rpufam.com/historia>. Acesso em 15 fev. 2021.

RIES, Al; RIES, Laura. **A queda da propaganda: da mídia paga à mídia espontânea**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

ROCHA, Ana Elisa. Relações Públicas - Bacharelado. **UCSAL** - Universidade Católica do Salvador, Salvador/BA, 11 set. 2017. Disponível em: <http://noosfero.ucsal.br/graduacao/cursos/relacoes-publicas-bacharelado>. Acesso em: 22 fev. 2021.

ROCHA, Daniel. Apresentação. **Coordenação de Relações Públicas UFPB**, 12 maio 2020. Disponível em: <http://www.ccta.ufpb.br/rp/contents/paginas/apresentacao>. Acesso em: 22 fev. 2021.

SEMPRINI, Andrea. **A Marca Pós-Moderna: Poder e Fragilidade da Marca na Sociedade Contemporânea**. São Paulo: Estação das Letras, 2006.

SILVA, Marcelo da. A comunicação corporativa na sociedade de consumidores: do discurso da felicidade ao mundo da decepção. **Revista de Estudos da Comunicação**, [S.l.], v. 17, n. 42, nov. 2016. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/estudosdecomunicacao/article/view/22546>. Acesso em: 29 jan. 2021.

SIMÕES, Roberto Porto. **Relações públicas e micropolítica**. São Paulo: Summus, 2001.

SIMÕES, Roberto Porto. **Informação, inteligência e utopia: contribuições à teoria de relações públicas**. São Paulo: Summus, 2006.

UFAL – Universidade Federal de Alagoas. Projeto Pedagógico do curso de graduação em Relações Públicas Bacharelado. Maceió/AL, 2008. Disponível em: <https://ufal.br/estudante/graduacao/projetos-pedagogicos/campus-maceio/projeto-pedagogico-de-relacoes-publicas>. Acesso em: 3 mar. 2021.

UFAM. História do curso de Relações Públicas. **Site Institucional Curso de Relações Públicas da UFAM**, 2019. Disponível em: <https://www.rpufam.com/historia>. Acesso em: 22 fev. 2021.

UFMA – Universidade Federal do Maranhão. Projeto Pedagógico Curso Comunicação Social – Relações Públicas. São Luís/MA, 2018. Disponível em: <http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/zA5anGwC2A1UY3j.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2021.

UFPB – Universidade Federal da Paraíba. Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Relações Públicas. João Pessoa/PB. 2016. Disponível em: <http://www.ccta.ufpb.br/rp/contents/matriz-curricular/ppc-relacoes-publicas-2017.1.pdf/view>. Acesso em: 3 mar. 2021.

VERGILI, Rafael. **Relações públicas, mercado e redes sociais**. São Paulo: Summus, 2014.

WENDHAUSEN, Henrique; CHAMUSCA, Marcello; CARVALHAL, Márcia. Panorama Histórico das Relações Públicas na Bahia. In: MOURA, Cláudia Peixoto de. **História das Relações Públicas - fragmentos da memória de uma área**. Porto Alegre: Edipucrs, 2008. p. 583-598.